



Gilberto Leite

“Força do presidente foi mostrada”

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), avalia que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) demonstrou sua força política com as manifestações de 7 de Setembro, que reuniram 30 mil pessoas nas ruas de Cuiabá. Emanuel afirmou que a representatividade e força do presidente devem ser respeitados. Emanuel disse que não se pode tapar o sol com a peneira diante das manifestações, pois ficou evidente a existência de uma parcela da sociedade que não está satisfeita com algumas situações que ainda acontecem no país.

PÁG. 5

Gisela Cardoso propõe OAB inclusiva

A advogada Gisela Cardoso, atual vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Mato Grosso (OAB-MT), lançou na sexta-feira (10) a sua pré-candidatura à presidência da Ordem, na eleição que acontecerá em novembro. Com mais de 20 anos de advocacia, Gisela participou ativamente da gestão de Leonardo Campos, atual presidente, que apoia seu nome na disputa. Em conversa com o Estadão Mato Grosso, a advogada revelou que quer promover uma gestão inclusiva na Ordem, com defesa intransigente e inegociável das prerrogativas dos advogados e da valorização da categoria.

PÁG. 3

Gilberto Leite



Inflação descontrolada é pedra no caminho da RGA

A disparada da inflação está dando dor de cabeça também para o governo de Mato Grosso, que enfrenta dificuldades para negociar com os servidores públicos o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA). O texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi aprovada em primeira votação pela Assembleia Legislativa, traz uma revisão de 5,05%. Deputados da base aliada se reuniram com o governo no decorrer da semana e conseguiram aumentar o valor da recomposição para 6,05%. Contudo, economistas já apontam para uma inflação de mais de 8%

PÁG. 4

LGPD ainda é ‘sopa de letrinhas’ para cuiabanos

“Olha eu vi assim pouco. É uma lei que vai proteger, fazer com que os comerciantes respeitem os nossos dados pessoais”, comenta o autônomo Valteir Lopes ao ser questionado sobre a nova legislação em vigor da Lei Geral de Dados (LGPD). A medida alterada e publicada com novos rigores no mês de agosto passado punirá empresa e até mesmo empresários (pessoa física) que vierem a divulgar dados que se remetem ao pessoal de cada cliente de suas lojas.

PÁG. 6



Christiano Antonucci / Secom-MT

Registro de crimes sexuais dispara

PÁG. 6

Vereador cuiabano é cotado pro governo

O advogado Marco Marrafon, presidente estadual do Cidadania, revelou que o vereador Diego Guimarães pode ser o candidato do partido para disputar o governo do Estado nas eleições de 2022. Já o próprio Marrafon pode surgir como candidato a senador. A candidatura de Diego é também uma forma de garantir palanque ao candidato do Cidadania à Presidência da República. O candidato pretende lançar o senador Alessandro Vieira na disputa como uma possível terceira via

PÁG. 4

Gilberto Leite



Informalidade atinge 1 a cada 6 cuiabanos

Quase 50 mil trabalhadores cuiabanos atuavam na informalidade até julho de 2021. O número representa 16,59% da população economicamente ativa, que tinham como fonte de renda atividades sem registros como CNPJ ou carteira assinada. Dentro desse grupo estão trabalhadores sem carteira assinada (empregados do setor privado e trabalhadores domésticos), sem CNPJ, sem contribuição para a previdência social ou sem remuneração. O estudo revela ainda que muitos dos trabalhadores que optam por atuar por conta própria nem sempre estão em busca da realização do sonho de ser empreendedor

PÁG. 7

Com novo recorde, cesta básica cresce quase o dobro da inflação

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Mais de metade da renda de quem sobrevive com um salário mínimo em Cuiabá foi destinado para a compra de alimentos em agosto de 2021. O percentual representa o custo da cesta básica na capital, que fechou o mês com preço estimado em R\$ 613,89. O custo supera o recorde observado em janeiro deste ano, quando atingiu R\$ 611,30. O levantamento de preços na capital é feito pelo Instituto Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária (Imea). Na análise dos últimos 12 meses, a inflação dos alimentos essenciais supera os 17,2% de alta, quase o dobro do índice geral da inflação do país até agosto, que atingiu 9,68%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

PÁG. 8

EDITORIAL

Celeiro pra quem?

Nem mesmo Mato Grosso - o celeiro do mundo - passou incólume à escalada dos preços dos alimentos. Por aqui, o valor da cesta básica acelerou até mais rápido do que a inflação, alcançando uma alta de 17,2% nos últimos doze meses, atingindo assustadores R\$ 613,89 no mês de agosto, o que corresponde a cerca de 56% do salário mínimo. O custo supera o recorde observado em janeiro deste ano, quando atingiu R\$ 611,30. O levantamento de preços na capital é feito pelo Instituto Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária (Imea).

Em meio à necessidade, as carnes foram os primeiros itens a deixar o cardápio das

famílias, principalmente a proteína bovina. O consumo nacional de carne de boi caiu 5%, atingindo o menor nível em 12 anos, mas não foi só ela que deixou a dieta. É cada vez maior o número de pessoas que sequer comem frango, a mais barata entre as carnes, e estão optando pelo ovo para garantir o sustento. É que até mesmo o preço das carnes de aves subiu assustadoramente nos últimos meses, com o quilo do frango sendo comercializado pelo mesmo valor que antes comprava a carne de boi.

E não só de comida vive o homem. Também é necessário pagar uma série de outras contas básicas, que não ca-

bem mais no minguado salário mínimo de R\$ 1,1 mil. Gás, energia e moradia tiveram seus preços reajustados muito além do salário mínimo, resultado em um empobrecimento real da população, que ainda não é captado pelos índices oficiais de inflação. Ainda assim, eles apresentam resultados assustadores. A inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu a marca de 9,68% em 12 meses, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - que mede a inflação para as famílias com renda até cinco salários mínimos - já passou da casa dos dois dígitos, chegando a 10,42%.

Quer dizer: em meio à crise econômica que nos assola, são os mais pobres quem mais sofrem. E os prejuízos só

se acumulam. Cada novo aumento, seja ele grande ou pequeno, se dá sobre uma base de cálculo já bastante inflada. As carnes, por exemplo, acumulam alta de 30,77% nos últimos 12 meses e qualquer meio ponto percentual de aumento em cima disso já representa um valor enorme para as famílias de trabalhadores, cuja renda já foi achatada há tempos.

O cenário é tão grave que alguns economistas já a batizaram contra a inflação de 2021 como perdida, entre eles o próprio Banco Central, que tenta evitar uma deterioração ainda maior da economia em 2022. E há muitos fatores com os quais se preocupar no próximo ano, principalmente a agenda política, já que é um ano de eleição presidencial. Há quem duvide que as fer-

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

ramentas do BC para contrapor a inflação - notadamente o aumento da taxa de juros - serão realmente efetivas, já que resultam em restrição de crédito, tornando-se uma pedra no caminho da recuperação econômica.

O que todos os indicadores mostram é que há assuntos muito mais urgentes a serem debatidos no Brasil do que uma bandeira política. Vidas, empregos e o futuro das novas gerações estão em risco.

Constitucionalismo Ambiental

Ivan D. Ribas (*)

O estudo do direito, como tantas outras ciências, é um dos meios pelo qual o homem busca compreender e pactuar sua interação com o mundo. O estabelecimento de normas, por exemplo, permite não apenas a convivência em sociedade, mas que, no caso dos recursos ambientais, sua perpetuação como espécie.

Assim, refletindo sobre essa temática e sua plausibilidade, vê-se que a realidade ambiental vigente em nosso país desponta como abóbada celeste de contradições, uma miríade de eventos que apontam em sentido contrário a manutenção da vida, ao disposto na lei.

Tais fatos, por certo, não podem ser negligenciados, nem por nós e nem, muito menos, pelo Estado, que detém a tutela dos bens ambientais e que deve garantir para os cidadãos seu equilíbrio, indispensável para uma vida, no mínimo, digna.

Os incêndios na Floresta Amazônica, no Pantanal, no Cerrado, a diminuição das chu-

vas, com o consequente aumento das secas e estiagens, o efeito estufa e, ainda, as tensões entre povos indígenas e os interesses do capital, o garimpo, a boiada e tantos outros, são apenas alguns dos problemas que estamos vivendo na atualidade, o que faz com que nosso ordenamento, nossos valores axiológicos, nossas instituições, sejam colocadas à prova.

Assim, como premissa, temos que reconhecer que, quando falamos em um Estado Democrático de Direito, estamos homenageando muito mais que uma estrutura estatal submetida às leis que ele mesmo edita, mas, a tantos outros princípios que, igualmente, se sobrepõem a interesses partidários, de setores da sociedade ou do capital. O Estado detém o encargo jurídico de zelar pelo meio ambiente e precisa obedecer àqueles princípios ambientais constitucionais, que são comandos de ordem pública e, portanto, inegociáveis.

Nessa esteira, lançando um olhar atento sobre as pesquisas a cerca desta temática, evidenciamos a importância do Estado na

defesa e promoção dos direitos difusos e coletivos, bem como do desafio para interpretar e efetivar a proteção desses interesses. É evidente que existem lacunas e incertezas nesse tocante.

Em síntese, a Administração Pública precisa agir para dar o acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, como reza o artigo 225 da Constituição Federal/88, mas, ao mesmo tempo, alcançar o artigo 170, e corroborar com o desenvolvimento econômico, a fim de que se produzam outras tantas condições indispensáveis para uma vida venturosa.

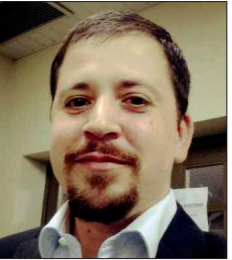
Tais vetores, inseridos pelo legislador constituinte em nossa Carta Maior, desafiam a atuação dos diversos atores da república, que precisam contrapesar os interesses econômicos e a proteção dos bens ambientais, o que parece, por hora, figurar em um confronto insolúvel.

Baseado nisso, o estudo dos princípios ambientais constitucionais adquiri acentuada dimensão, uma vez que sua efetividade

decorre muito além de uma mera subsunção da norma. Mas, em sentido estrito, de uma nova compreensão da amplitude destes, trazido pelo pós-positivismo, na concretização da dignidade humana.

Para tanto, é salutar reconhecermos que não há economia sem harmonia com os bens ambientais, a propalada sustentabilidade. Da mesma maneira, urge a necessidade de estabelecermos novos parâmetros inclusive para interpretação e aplicabilidade do Direito, com a integração subjetiva desses valores axiológicos, normas e conceitos, como no caso do princípio da vedação ao retrocesso que declara a impossibilidade de existirem leis, decretos, normas e regulamentos, que mitiguem ou anulem direitos ou garantias, especialmente as de cunho socioambiental.

IVAN DEUS RIBAS* é professor e advogado na defesa dos bens ambientais



Modismo

Lourenbergue Alves (*)

Comunidades, grupos sociais, de um jeito ou de outro, sempre se valeram do modismo. Independentemente da época e da situação. Usaram-no, e o usam. Abusam-se por demais dele. Ainda que o tal modismo seja efêmero. E, de fato, o é. Desaparece. Mas, lá na frente, reabilitam-no. Editam-no de novo. Readaptado com outra roupagem, mais ou menos acabada, maquiada. Situações são criadas. Vivenciadas. Experimentadas. Surgem ou ressurgem comportamentos. Moldadores de uma geração, de uma maneira de ser. Quadros expostos. Realizam-se feitos. Fazer e realizar são ações. Não únicas. Há uma porção de tantas outras. Sempre puxadas, anunciadas por verbos. Verbos, cujos usos, num determinado momento, se tornam integrantes da igual corrente de uma moda. Isto, em tempo de Internet, viraliza. Massifica com muito mais rapidez, e alcança um maior número de pessoas. Imensurável. Incontável. Logo, a mentira se torna verdade. E a verdade real esquecida em algum canto,

lá no escaninho do pretérito. Solitária, sem ser tocada, nem ao menos lembrada. As versões, aceitas pelo crivo da censura remota, substituem os fatos, e estes, contudo, jogados nas prateleiras do arquivo-morto. Superficializam-se tudo, até os assuntos mais sérios. Ainda que existam perdas. Perdas irreparáveis. Tudo em nome de uma causa que nega a obviedade.

Azar de quem ousa resistir-se a ela, recusar-se a aceita-la. Logo, é atacado, repudiado, ameaçado, julgado e condenado. Verbos da moda. "Deus do céu!" - deixaria escapar um internauta desprezioso. Também massacrado por termos pejorativos. Ainda que desconhecidos por quem se façam uso deles. Dicionário não aberto. Não usado, ainda que aberto. "Talvez, por desconhecer como usa-lo" - diria outro, quase desavisado. Imediatamente, recebido com palavras agressivas. Extrai-se daí o recado: o de que se deve apenas curtir, elogiar ou acrescentar a favor e passar para frente. Novo grupo de verbos da moda. Conjugados fora do tempo e dos modos, embora por vezes com acerto

as pessoas do discurso. Verbos inadequados na vida em democracia. Isto, porém, rechaçado. Rechaçam-no sempre sob a cantilena da liberdade de expressão.

Uma vez mais, faltaram abrir o dicionário, e buscarem os conceitos de agredir, ameaçar, invadir e acusar. Aí saberão que essas ações nada têm a ver com o livre manifestar-se. Manifestar-se, nem sempre, pode ser entendida como ação político-partidária. Equivocam-se quem pensam ao contrário. Até porque alguém pode apontar os desacertos de um dado governante, e o faz como contribuinte, cumpridor de seus deveres, bem como na condição de responsável pela formação de gerações, até para possibilitar a pluralidade das leituras sobre uma ou outra gestão. Deve fazê-lo sempre que achar pertinente e oportuno, e nem por isso, é bom que se diga, estaria infringindo no Código de Ética de quem quer que seja, ou de quaisquer instituições, ainda que religiosas ou escolar, tampouco tendo um comportamento político-partidário.

Vive-se, contudo, em meio à crise de desconhecimento dos conceitos e dos

sentidos das palavras. A ignorância tornou-se sagrado, cultuado. O que implica em desinformação, alienação, acomodação e aceitação. Palavras tão camufladas, maquiadas. Mas importantes, até para que se possa soltar das cordas, escalar as paredes, sair da caverna (Platão) e se deixar acariciar pela luz solar, que alimenta a alma, cujo olhar é o da razão, conforme lembrou Sócrates. Esta libertação, necessária e imprescindível, contribuirá para a formação pessoal, profissional e o reforçará na posição de cidadão. Pois, sabe-se que a tirania, totalitarismo e as ditaduras, subtraem a liberdade, e impõem a censura, o proibido, para que as vozes contrárias não venham a ecoar nos corredores, e saiam com o fim de ampliar os horizontes pessoal e humano. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Quando os rios secam

Caiubi Kuhn (*)

A crise hídrica tem afetado todo o país, seja pelo efeito na conta de energia ou pelo pouco volume nos cursos de água. No mês de agosto, um vídeo mostrou a cachoeira do Véu de Noiva, um dos cartões postais de Chapada dos Guimarães (MT), minha cidade natal, praticamente sem água. A seca atinge toda região, mas por que alguns rios são mais afetados pelas estiagens que outros? A resposta para essa pergunta está na fonte das águas, que neste caso são os aquíferos. Neste texto vou explicar um pouco sobre como funcionam os aquíferos e porque preci-

samos entender e preservar esse importante recurso natural.

Existem diferentes tipos de aquíferos, que variam conforme a composição e características das rochas, em algumas delas a quantidade de vazios e a conexão entre eles, permite armazenar e transmitir grandes quantidades de águas, enquanto em outros tipos de rochas, tanto a quantidade de água armazenada, como o fluxo dela é muito menor.

Para ficar mais fácil para o leitor entender, imagine uma esponja daquelas que usamos para lavar a louça e um pedaço de tijolo. Se você jogar água sobre eles, ambos irão se molhar, porém, a esponja irá conseguir absor-

ver uma quantidade de água muito maior, e após um tempo, será possível ver essa água saindo da base da esponja e molhando a pia, ou seja, a água foi armazenada na esponja e depois liberada lentamente. Enquanto isso, o tijolo não conseguiu ter a mesma capacidade para armazenar a água, que escoou assim que foi despejada.

Igual à esponja e o tijolo, na natureza nós temos rochas com uma grande capacidade de absorver e armazenar água, como é o caso dos arenitos, enquanto outras rochas como folhelhos (rochas compostas de argilas) possuem uma capacidade menor. Aquíferos como o Guarani só existe devido à rocha que armazena a água, que neste caso, é um arenito, bem selecionado, ou seja, com os grãos todos similares, o que permite que muitos espaços vazios existam entre um grão e outro. É é nestes espaços que a água do aquífero fica.

A geologia de Chapada dos Guimarães é bem diversa, na região existem diferentes tipos de rochas, o que proporciona aquíferos também com diferentes características. Durante esse momento de crise hídrica essa diferença fica bem visível. Parte dos rios possuem como fonte de suas águas o aquífero do Guarani, como por exemplo, os rios Claro, Paciência, Acorá entre outros. Porém, outros rios como Coxipozinho, que forma a cachoeira do Véu de Noiva, tem como principal fonte de água, as rochas da Formação Ponta Grossa, composta por um folhelho, com uma capacidade muito menor de armazenamento e transmissão de água. Por isso, o volume dos rios que são alimentados por águas do aquífero Ponta Grossa, são mais afetados na estação seca. Outros cursos de água, como córrego Independência, no Parque Nacional, tem como fonte de água a Formação Furnas, que é composta por um arenito com uma capacidade de armazenamento e transmissão

inferior ao aquífero do Guarani, porém melhor que o aquífero Ponta Grossa.

Conhecer os aquíferos e saber suas características é fundamental para o planejamento do uso e ocupação do solo e para que seja realizada a gestão deste recurso tão precioso, que é a água.

Os aquíferos são reabastecidos pelas chuvas, porém, dependendo das mudanças realizadas na superfície, a água tende de escorrer para os rios ao invés de infiltrar no solo e nas rochas, para ali ficar armazenada. Além disso, em épocas como a atual, onde está ocorrendo um período de estiagem com chuvas abaixo da média, quando se considera todo o ano, a quantidade de água que sai dos aquíferos pode ser menor que a quantidade de água que entra, o que significa que o uso das águas subterrâneas deve ser feito também com planejamento e gestão adequada.

O mundo precisa fazer de forma correta os debates sobre mudanças climáticas e sobre como o homem pode realizar o planejamento para lidar com as oscilações naturais do clima e com as mudanças antropogênicas. Porém, esse debate também precisa ser feito regionalmente, associado com a correta gestão e planejamento do uso e ocupação do solo. É preciso que tenham estudos técnicos e análises que fundamentem o desenvolvimento de cidades ou mesmo a implementação de empreendimentos. Não podemos ignorar as limitações que a natureza nos impõe. Estudar para planejar é preciso. Somente assim podemos construir um futuro com responsabilidade e sustentabilidade.

*CAIUBI KUHN é Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT)



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

PANTANAL

Acompanhado de membros do Judiciário, governador visita regiões do Pantanal para traçar estratégias que ajudem a recuperar o bioma

Grupo busca solução para a seca

Mayke Toscano/Secom-MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) esteve no Pantanal mato-grossense na manhã de sexta-feira (10) em visita às baías de Chacororé e Siamariana, em Barão de Melgaço (102 km de Cuiabá), onde os níveis de água estão bem abaixo do ideal. A visita de Mendes e sua comitiva, foi após um acordo com o juiz da Vara do Meio Ambiente, Rodrigo Curvo, que acatou um pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT), que cobra alguma ação por parte do Estado, para evitar a seca total das baías.

A comitiva visitou de carro os principais corixos (córregos que abastecem o alagado) da região, entre eles o corixo Caiçara, da Uva, Manuel Domingos, e a barragem do corixo do Tarumã, os Rios Cupim, Chacororé e Água Branca, além de

quatro pontos na rodovia MT-040.

O juiz explicou que existe sob sua análise uma ação civil pública sobre o assunto. A ideia do magistrado foi levar todas as personagens da ação para conhecer a realidade de perto.

“Tenho certeza que o objetivo está sendo atingido, pois estamos todos in loco, identificando quais são as intervenções que serão necessárias. O objetivo é que as partes encontrem de maneira consensual perante o judiciário as melhores soluções para esse bioma pantaneiro”, disse Curvo.

Há a previsão de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nos próximos dias e o juiz busca o andamento da tramitação e acordo entre Ministério Público e Governo.

Mauro por sua vez, detalhou que quer achar uma solução para minimizar o efeito da estiagem que está acontecendo neste momento, além de fazer um planejamento de longo a médio prazo para a região, e que isso vai demandar outros estudos complementares.

“O Brasil vive hoje a pior seca dos últimos 100 anos, e isso vai de-



Força-tarefa com membros do Executivo, Legislativo e Judiciário busca soluções para a crise hídrica no Pantanal

mandar medidas urgentes, importantes e graves que vai depender de todos nós brasileiros, autoridades e do mundo inteiro, mas enquanto isso temos que minimizar os efeitos e consequências. Vamos desobstruir courixos, pensar soluções técnicas que garantam a perenidade dessas lagoas, que não é aqui

neste momento que vamos decidir”, detalhou o governador.

BAÍA DE CHACORORÉ - O local é um atrativo turístico de Mato Grosso, conhecido como berçário do Pantanal. A Baía de Chacororé é a maior área alagada do Pantanal mato-grossense, localizada no município de Barão de Melgaço.

No início do ano, Sema e Sinfra realizaram a limpeza de corixos e intervenções em pontes que estavam obstruindo o canal da água, e em estradas que haviam sido feitas com aterros, que também interrompiam o curso natural da água. As ações emergenciais surtiram efeito, e

as Baías não secaram como no ano de 2020.

A Sema também apresentou o plano de ação para garantir a biodiversidade das baías, e se reúne para obter o consenso com os órgãos envolvidos sobre as melhores ações a serem tomadas para a preservação do Bioma.

ELEIÇÕES EM NOVEMBRO

Gisela Cardoso se lança à presidência da OAB

Gilberto Leite

Da redação

A advogada Gisela Cardoso, atual vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Mato Grosso (OAB-MT), lançou nesta sexta-feira (10) a sua pré-candidatura à presidência da Ordem, na eleição que acontecerá em novembro.

Com mais de 20 anos de advocacia, Gisela participou ativamente da gestão de Leonardo Campos, atual presidente, cujo mandato vai até o dia 31 de dezembro. Em conversa com o Estadão Mato Grosso, a advogada falou que sua candidatura aconteceu de forma natural.

“Nós conversamos com advogados do estado inteiro quase que

diariamente. Conheço o dia a dia da advocacia, então essa candidatura ocorre neste cenário, de construção, muito trabalho prestado e com a consciência de que ainda há muito o que se fazer para o fortalecimento e valorização da classe”, destacou a advogada.

Gisela avalia que serão muitos os desafios pós-pandemia, já que hoje, com o Judiciário parcialmente fechado, há dificuldade de acesso aos magistrados e ao próprio Poder Judiciário. Por isso, ela decidiu colocar seu nome à disposição do grupo de advogados que acataram o projeto.

Além de Leonardo Campos, a advogada conta com apoio de ex-presidentes da OAB,

como Claudio Stábele, Francisco Faiad e Ussiel Tavares. A candidata também conta com apoio de 28 das 29 seccionais que existem no estado.

“Nós temos como bandeiras intransigentes e inegociáveis a garantia das prerrogativas da advocacia, a valorização dos advogados, dos honorários advocatícios. As prerrogativas, falo que não são direcionadas apenas aos advogados, mas sobretudo ao jurisdicionado e à população que vai ter certeza que o advogado vai defender sem amarras, sem entraves”, explicou.

Em meio aos ataques que o Poder Judiciário vem sofrendo no país, a pré-candidata reforça que a sociedade tem que acreditar nas instituições

e nos Poderes Constituídos. afirmou ainda que, enquanto advogada, defende o Estado Democrático de Direito e acredita na harmonia entre os Três Poderes.

APOIO DE LEONARDO - O presidente Leonardo Campos também esteve presente no lançamento da pré-candidatura de Gisela. Em conversa com a reportagem, ele ressaltou a adesão de mais de 600 advogados à campanha de Gisela, o que, em sua opinião, demonstra também aprovação à atuação da advogada durante os seis anos que dedicou à Ordem.

“É a prova da renovação, que Gisela entrou nesse grupo há seis anos nas eleições de 2015. Atuou como secretária-geral e hoje é vice-pre-



Atual vice-presidente da Ordem, Gisela conta com apoio de ex-presidentes da OAB

sidente. Tem a cara e espírito da gestão, além da defesa das principais bandeiras. Andou todo o estado e tem apoio de todos os órgãos da OAB,

de todos os conselhos, de todas as comissões. Enfim, se credenciou pela advocacia e pelo trabalho para chegar até aqui”, declarou.

GANHA TEMPO

Concessão é anulada e governo fará novo estudo

Da redação

O governo do Estado deve abrir início um novo processo para concessão das sete unidades do Ganha Tempo em Mato Grosso. A decisão foi tomada pelo Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), em decorrência do rompimento do contrato de concessão com o Consórcio Rio Verde, que administrava o Ganha Tempo desde 2017.

O grupo empresarial deixou de administrar o Ganha Tempo no ano passado, após ser alvo de operação “Tempo É Di-

nheiro”, da Polícia Civil. A concessionária é acusada de fraudar atendimentos no órgão para ‘engordar’ as verbas recebidas do governo do Estado, causando prejuízo de aproximadamente R\$ 13 milhões aos cofres públicos.

Antes da decisão do conselho, havia a possibilidade de que a segunda colocada no processo de concessão do Ganha Tempo, a empresa Shopping da Cidadão, pudesse assumir o lugar do Consórcio Rio Verde na gestão das sete unidades do Ganha Tempo. No entanto, um novo edital de concessão pode ser

lançado com mudanças no modelo de administração.

Para justificar o novo modelo de administração, o conselho argumentou que o modelo de concessão adotado na época da primeira licitação dava prioridade ao atendimento presencial e desburocratização. Contudo, a pandemia acelerou a digitalização de processos e serviços público e, por isso, um novo estudo deve ser feito para uma eventual concessão.

“Ante a possibilidade de se convocar a segunda colocada do certame, a MT-PAR reitera o seu

entendimento quanto ao fato de que a demanda projetada à época está muito aquém do que é mensurado nos dias atuais. A modelagem precisaria ser totalmente reconstruída para que possa atender a realidade e a tendência do Estado dos dias atuais, seja quanto ao mix de serviços, revisão dos reinvestimentos, contraprestação pecuniária, a implantação específica do Valor por atendimento-VPA para os serviços digitais”, diz trecho da publicação.

CONTRATO ANULADO - Em abril deste ano, o governo do Es-

tado oficializou a anulação do contrato com o Consórcio Rio Verde. O encerramento do contrato foi determinado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) em decisão colegiada, cujo acórdão foi publicado no dia 12 de abril deste ano. A concessionária teria realizado mais de 100 mil ‘atendimentos fantasmáticos’.

Deste então, o governo do Estado está administrando o Ganha Tempo com os funcionários contratados pelo Consórcio Rio Verde, com o objetivo de evitar a suspensão dos atendimentos.

A INVESTIGAÇÃO - O esquema investigado na Operação Tempo é Dinheiro foi revelado após uma auditoria da Controladoria Geral do Estado (CGE). O Estadão Mato Grosso teve acesso ao relatório, que apontava o registro de atendimentos fantasmas que geraram aumento indevido de 39,4% nos valores pagos pelo Estado.

Também foram constatadas várias outras irregularidades no processo de concessão que poderiam levar o governo do Estado a economizar mais de R\$ 250 milhões durante o período concessão, que se encerra em 2032.

RUIM PRA TODOS

Alta desenfreada dos preços, que pode chegar a 8,3% em 2021, é uma 'pedra no caminho' para acertar recomposição salarial dos servidores

Inflação dificulta acerto da RGA

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

6,05%. Contudo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve nova alta recorde em agosto, o que elevou a projeção da inflação em 2021 para 8,3%. A projeção anterior, feita em agosto, apontava para alta de 7,6%.

Líder do governo na Assembleia, Dilmir Dal Bosco (DEM) afirma que o aumento de 1 ponto percentual na RGA de 2022 já é uma vitória e precisa ser considerada em um quadro mais amplo, junto a uma revisão das medidas de austeridade adotadas no início da atual gestão.

“Eu acho que nós já temos um ganho. Nós conseguimos mais 1% de acréscimo ao RGA. As conquistas vêm devagar. [...] Agora nós temos que começar a melhorar, rever alguns tributos dentro do Estado da mesma maneira que nós temos que rever sobre os nossos colaboradores, que são os servidores efetivos, que continuam ajudando o governo”, afirmou.

Já o deputado Lúdio Cabral (PT), principal voz da oposição na Assembleia, afirma que o governo tem espaço



Assembleia aprovou LDO na manhã de quinta (9), mas valor da RGA continua em aberto

Da redação

A disparada da inflação está dando dor de cabeça também para o governo de Mato Grosso, que enfrenta dificuldades para negociar com os servidores públicos o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA). O texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi aprovada em primeira votação pela Assembleia Legislativa traz uma revisão de 5,05%, que está abaixo das projeções dos economistas para a inflação deste ano. O impasse está rendendo debates acalorados na Assembleia e muita pressão dos servidores públicos.

Deputados da base aliada se reuniram com o governo no decorrer da semana e conseguiram aumentar o valor da recomposição para

suficiente no Orçamento de 2022 para cobrir a recomposição total da inflação para todas as categorias de servidores públicos, de todos os Poderes. Diante disso, Lúdio tenta emplacar uma emenda na LDO para garantir que a RGA seja paga confor-

me o valor medido pelo INPC.

“Todas as projeções que os economistas fazem falam em um INPC em 2021 na casa de 9% a 10%, se esse cenário complicado da economia não se agravar. O que nós precisamos colocar na LDO é que fique

assegurado a recomposição da inflação de 2021, seja ela qual for. Se ela for acima de 10%, por conta dos desmandos do atual governo [federal], terá que ser aquilo”, destacou.

Informações de bastidores apontam que o governo tenta mobili-

zar sua base para derubar a emenda de Lúdio, o que Dilmir nega. O democrata afirma que há uma articulação para aprovar a LDO em primeira votação, para que depois seja discutido o percentual do reajuste durante a segunda votação.

TERCEIRA VIA

“Não imaginava que Jair Bolsonaro fosse tão ruim”

Caco Argemi/Wikicommons

Da redação

Considerado um dos principais nomes para compor a terceira via na disputa presidencial em 2022, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou na sexta-feira (9) que não imagina que o governo do presidente Jair Bolsonaro “seria tão ruim para o Brasil”. Leite vem a Mato Grosso neste sábado (11), em busca de apoio dentro do PSDB para as prévias do partido, que definirão o candidato tucano à presidência.

Eduardo Leite admitiu que votou em Bolsonaro durante as eleições de 2018, mas diz que nunca teve afinidade política com o presi-

dente. Ele ainda criticou a postura de Bolsonaro com as manifestações de 7 de setembro, ressaltando que as declarações do presidente causaram grande prejuízo econômico ao país, com a queda da bolsa e a disparada do dólar.

“Nós temos a preocupação com os efeitos que recaem sobre a população de qualquer enfrentamento político, preocupação essa que o presidente não demonstra. [...] Sai atacando as instituições, ameaça rupturas institucionais e o dólar dispara, pressionando preços para a inflação. O povo já está pagando o preço desses ataques do presidente”, avaliou.

Leite se demonstrou arrependido do voto dado

a Bolsonaro em 2018 e explicou - em uma espécie de ‘mea culpa’ - que tomou sua decisão diante dos graves casos de corrupção envolvendo membros do PT e da crise econômica que havia se instalado no Brasil desde 2014.

“Aquele homem [Lula] não poderia voltar ao poder, por isso votei em Bolsonaro. Não imaginava que pudesse ser tão prejudicial ao país como está sendo”, justificou.

Leite disse ter esperanças de que a população brasileira irá “mudar essa realidade” em 2022, votando em um candidato que represente a terceira via, mesmo que não seja ele. Ele aponta que tanto Lula quanto Bol-

sonaro representam um retrocesso para o Brasil.

“O primeiro benefício do novo governo será a saída do Bolsonaro, porque ele traz instabilidade e imprevisibilidade. [...] Quem vai colocar seu investimento em algum local, se tiver muito risco, vai cobrar retorno maior. Isso significa juros mais altos, encarece o custo de produção. Essa falta de previsibilidade com Bolsonaro prejudica fortemente o País”, afirmou.

Visitando Mato Grosso neste sábado para participar de uma convenção do PSDB, Eduardo Leite afirmou que está entusiasmado com a possibilidade de ser escolhido como candidato do PSDB à presidência.



Eduardo Leite é cotado com uma das principais opções para a terceira via em 2022

Além de Eduardo Leite, o governador de São Paulo, João Dória, também busca aprovação interna do PSDB para ser candidato à presidência em 2022. Os dois estão viajando o país para con-

versar com a militância do partido em busca de viabilizar suas candidaturas. Também disputam a prévias do PSDB o senador Tasso Jereissati e o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto.

TERCEIRA VIA

Cidadania quer lançar vereador para o governo do Estado

Gilberto Leite

Da redação

O advogado Marco Marrafon, presidente estadual do Cidadania, revelou na manhã de segunda-feira (6) que o vereador Diego Guimarães pode ser o candidato do partido para disputar o governo do Estado nas eleições de 2022. Já o próprio Marrafon pode surgir como candidato a senador.

De acordo com Marrafon, o Cidadania está se consolidando como um partido forte e agora trabalha na construção de uma chapa que consiga eleger pelo menos três deputados estaduais e dois deputados federais. Ao mesmo tempo, há um projeto paralelo para construção de uma chapa para disputa ao governo do Estado, já que a sigla também terá um candidato à presidência e pre-

cisa formar um palanque em Mato Grosso.

“Por exemplo se precisar queimar uma candidatura forte para deputado e subir com o Diego, nós vamos com ele para governador. Todo caso nós temos construído com grupos da sociedade civil. Se tiver que montar uma chapa própria, eu vou para o Senado e o Diego vai para o governo”, disse, em entrevista à Rádio Capital.

O advogado explicou que é pré-candidato ao cargo de deputado federal, mas poderá mudar o rumo de sua candidatura se Diego decidir partir para uma disputa ao Palácio Paiaguás.

Para a construção dessa nova via com Diego como candidato ao governo, Marrafon e outras lideranças do Cidadania têm mantido articulações com comerciantes,

empresários, setor produtivo e empreendedores.

Segundo Marrafon, a candidatura de Diego Guimarães ao governo é também uma forma de garantir palanque ao candidato do Cidadania à Presidência da República. O partido pretende lançar o senador Alessandro Vieira na disputa como uma possível terceira via, apostando no crescimento político com sua participação na CPI da Covid. O próprio senador já se colocou como pré-candidato à presidência.

“Essa decisão não é expressão de um desejo particular ou sonho pessoal, sinceramente não acredito em construções personalistas. Ao contrário, essa decisão é fruto do diálogo reiterado com diversos setores e da reflexão aprofundada sobre o momento histórico que vivemos”, afirmou.



Candidatura de Diego Guimarães é uma forma de garantir palanque ao presidencial do Cidadania em MT

POVO NAS RUAS

Prefeito de Cuiabá cita descontentamento de parcela da população, mas defende diálogo para resolver problemas entre instituições

“Força do presidente foi mostrada”

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

existe de uma parcela da sociedade que não está satisfeita com algumas situações que ainda acontecem no país.

“Ontem a força do presidente foi demonstrada nas ruas. Existe um sentimento que precisa haver muita maturidade de toda a classe política e autoridades representantes de Poderes. Mais do que nunca, o Brasil está precisando de líderes, porque existe uma faixa da sociedade, que foi demonstrado ontem, que está no limite. Isso precisa ser detectado, conversado e contornado, pelo bem do Estado Democrático de Direito e da democracia, que é um patrimônio de toda a sociedade”, avaliou.

Professor de Direito Constitucional, Emanuel classificou as falas do presidente como “emocionadas” e disse que não enxerga atitudes antidemocráticas, nem por parte de Bolsonaro nem das autori-



Emanuel avalia que Bolsonaro fez falas emocionadas, mas não ultrapassou os limites constitucionais

dades que divergem do presidente.

Emanuel defendeu que a situação seja tratada de forma transparente e com equilíbrio por parte dos chefes de

Poderes, a fim de evitar uma crise institucional.

“A hora que ele diz que uma decisão monocrática de uma única pessoa pode colocar em risco a vida pública de

uma pessoa eleita com quase 60 milhões de votos, tem sentido o que ele está falando [...] Se eu fosse o assessor dele [Bolsonaro], pela importância do ato, da ex-

pectativa nacional e internacional, ele deveria ler um pronunciamento para evitar uma má interpretação ou dupla interpretação, e daria a mensagem exata que ele queria dar”, afirmou.

O prefeito ainda acrescentou que, nas vezes em que teve oportunidade de estar com o presidente, Bolsonaro não demonstrou ser uma pessoa antidemocrática. Diante disso, Emanuel avalia que falta ao presidente ser mais aberto ao diálogo e aceitar opiniões divergentes.

Em relação ao ato pró-Bolsonaro que aconteceu em Cuiabá, Emanuel apontou que os apoiadores do presidente deram exemplo de pacificidade sem brigas, realizando uma manifestação ordeira. O prefeito aponta que não é contrário a nenhum manifesto, independente do viés político, desde que não aconteçam atos de vandalismo ou ataques.

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), avalia que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) demonstrou sua força política com as manifestações de 7 de Setembro, que reuniram 30 mil pessoas nas ruas de Cuiabá. Em conversa com jornalistas na manhã de quarta-feira (8), Emanuel afirmou que a representatividade e força do presidente devem ser respeitadas.

Emanuel disse que não se pode tapar o sol com a peneira diante das manifestações, pois ficou evidente a existência

AULAS PRESENCIAIS

MP insiste em reabertura de escolas e pede multa

Gabriel Soares

O Ministério Público Estadual (MPMT) pediu à Justiça que aplique multa processual contra a Prefeitura de Cuiabá por protelar o cumpri-

mento da decisão judicial que determinou o retorno imediato das atividades presenciais na rede pública municipal. A informação foi confirmada pela assessoria do órgão ministerial.

Em recurso à Justiça, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) pediu que a retomada seja adiada para o dia 4 de outubro, conforme planejamento original da Prefeitura de Cuiabá, que pretende

reabrir as escolas quando todos os profissionais da Educação estiverem vacinados com as duas doses. Ele cita ainda que a Prefeitura teria um gasto adicional de R\$ 1,6 milhão, pois já comprou e distribuiu kits alimentação à família dos estudantes.

“Observa-se claramente do pedido de reconsideração do Município de Cuiabá o seu caráter meramente protelatório, a ‘criação’ de fato superveniente e oneroso para embaraçar o cumprimento da decisão judicial de reabertura das escolas, a ausência de lealdade processual, em evidente configuração de má-fé processual”, destacou o promotor Miguel Shhessarenko Júnior.

Segundo o promotor, o Município de Cuiabá usou a discussão em uma outra ação que questionava a oferta de kits de alimentação escolar até julho como justificativa

para onerar o patrimônio municipal e criar embaraço ao retorno das aulas.

“Na verdade, ao contrário do que tenta justificar o Município de Cuiabá, a ACP que trata da ampliação da oferta e entrega de kits de alimentação escolar (PJe 10124,05-13.2021.8.11.0041) perdeu seu objeto com o retorno das atividades escolares presenciais/híbridas na rede pública municipal de Cuiabá, não existindo nenhuma justificativa para onerar o patrimônio municipal”, argumentou.

Segundo o MPMT, a organização da alimentação escolar é inerente à abertura das escolas, sendo que o gasto com kits de alimentação pode ser revertido aos alunos que permanecerem em ensino remoto durante o retorno presencial, ou com a utilização dos alimentos nas unidades de ensino.

Por fim, o MP registrou que Cuiabá en-

contra-se na terceira semana consecutiva de classificação de risco de contágio baixa, o que justificaria inclusive a ampliação do atendimento presencial nas escolas públicas e privadas de Cuiabá para 70% ou 100%.

OUTRO LADO – Por meio de nota, a Prefeitura reiterou que as aulas da rede pública municipal só devem ser retomadas após a vacinação completa dos profissionais da Educação, que será concluída ao final do mês. Esta medida busca garantir segurança durante o retorno das atividades presenciais.

“Reitera que essas medidas são necessárias diante do contexto da educação municipal que atende mais de 54 mil estudantes, com 7,3 mil profissionais o que representa um enorme quantitativo de pessoas em um mesmo ambiente”, diz trecho da nota.



MP diz que recurso da Prefeitura contra volta às aulas é meramente ‘protelatório’

COMPROMISSO

Max Russi: Pagamento da RGA está garantido em 2022

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa (ALMT), Max Russi (PSB), revelou que o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) está garantido para 2022. A confirmação teria sido feita durante reunião com o governador Mauro Mendes (DEM) e deputados estaduais. Agora, os deputados buscam garantir a percentagem na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Russi fez o anúncio na manhã de quarta-feira (8), durante conversa com jornalistas.

“Viemos fazer o pedido de uma emenda parlamentar que foi apresentada pelo líder do governo, Dilmar Dal Bosco, que trabalhou isso com um percentual a mais na questão da RGA. Dilmar fez uma emenda e comunicamos o governador que estamos bastante preocupados. É um com-

promisso da RGA ano que vem e a Assembleia quer viabilizar esse valor na LDO”, explicou o presidente.

O governo prevê o pagamento de 5% para a RGA, enquanto a emenda de Dilmar tenta emplacar 6%. Russi também explicou que a LDO já passou por várias mudanças e alterações na Casa de Leis, mas adiantou que a questão está tranquila dentro do Governo e da Casa Civil.

Já em relação às emendas rejeitadas, o presidente explicou que elas serão debatidas na sessão ordinária.

7 DE SETEMBRO – Max Russi também comentou sobre os atos realizados em todo o país, a favor e contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) neste 7 de setembro. Ele falou que não conseguiu identificar supostos benefícios da manifestação, mas sa-

lientou que toda a manifestação faz parte da democracia e não existe um sistema melhor que o atual.

Max também lamentou o fato de caminhoneiros estarem fechando algumas rodovias e impedido o transporte de cargas, o que pode contribuir para o agravamento da situação econômica do país.

“Muito ruim BRs fechadas, vai encarecer mais os produtos e já temos uma dificuldade que o assalariado está perdendo a sua capacidade de compra, então o fechamento neste momento vai piorar mais a nossa economia para o trabalhador se alimentar com qualidade e o truncamento neste momento não vai adiantar muito”, falou.

O deputado socialista cita encarecimento dos produtos básicos e espera que este movimento não avance.



Russi garante que pagamento da RGA está garantido e deputados tentam acertar o percentual de reajuste

QUESTÃO DE SEGURANÇA

Em vigor há mais de um mês, Lei Geral de Proteção de Dados continua sendo 'sopa de letrinhas' para maior parte dos consumidores de Cuiabá

LGPD ainda é pouco conhecida

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

“Olha eu vi assim pouco. É uma lei que vai proteger, fazer com que os comerciantes respeitem os nossos dados pessoais”, comenta o autônomo Valteir Lopes ao ser questionado sobre a nova legislação em vigor da Lei Geral de Dados (LGPD). A medida alterada e publicada com novos rigores no mês de agosto passado punirá empresa e até mesmo empresários (pessoa física) que vierem a divulgar dados que se remetem ao pessoal de cada cliente de suas lojas. No entanto, ela ainda permanece desconhecida.

Assim como Valteir, consumidor e microempreendedor, uma pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Mato Grosso apontou que 61,51% dos entrevistados por eles nunca tinham ouvido falar sobre a LGPD e, mesmo entre os que já conheciam a nova lei, a maioria dos ouvidos (75%) citou apenas alguns pontos e até mesmo ainda não estão preparados para cumpri-la.

Mesmo sendo mais severa apenas em 2021, a LGPD está em vigor desde o dia 18 de setembro de 2020 e exerce a função de cuidar dos dados



Empresas de Cuiabá já se adiantaram às mudanças trazidas pela LGPD, mas muitos consumidores ainda desconhecem a lei

dos brasileiros. Para que isso seja feita da forma correta foram estabelecidas pelo órgão regulador diretrizes utilizadas na coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais. Dessa forma, cidadãos comuns não são prejudicados com os famosos golpes que usam CPFs e até mesmo outros documentos.

No entanto, para que os empresários se atenham, utilizem e até mesmo pesquisem somente aquilo que forem precisar para, por exemplo, abrir um crediário para um cliente, confeccionar um cartão.

Nesse âmbito, uma espécie de punição foi criada para barrar a di-

vulgação indevida desses dados, números pessoais. Desde o dia 10 de agosto passado, tanto empresas privadas como órgãos públicos que não cumprirem com todas as normativas que foram definidas pela LGPD podem ser multados com valores que chegam a R\$ 50 milhões. A investigação acerca de quem infringir essa situação será feita pela nova pasta nacional, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Alguns estabelecimentos atuantes no comércio da Capital já possuem conhecimento da nova legislação e garantem que tudo está sendo cumprido nos conformes. É o caso da

loja Anita Shoes, cujo gerente Gilberto Toaza concedeu entrevista à reportagem.

“A nossa empresa, a gente trabalha com captação de dados de pessoa física dentro da loja. A gente já tem o hábito desde que a empresa começou com a proteção. A gente tem um sistema de proteção para que não perca, para que hacker não entre e temos esse hábito de realmente zelar dos dados do nosso cliente(...) essa lei veio pra mudar e aprimorar”, cita.

O autônomo Valteir Lopes, que trabalha na região central da Capital contou ao Estadão Mato Grosso que ouviu falar sobre a medida e sobre

sua aplicação no comércio. Para ele, que já ouviu falar de vários golpes, as multas ajudarão as pessoas a ter mais consciência sobre o assunto.

“É mais uma segurança para a gente que precisa comprar no crediário, mas assim vai ser bom. Às vezes aparece uma compra no CPF da gente em uma cidade em que você nem comprou lá. Essa fiscalização sendo mais intensiva, mais forte, vai ser uma boa para a gente, mais segurança”, pontua.

O seu José Gomes da Silva, também autônomo e consumidor assíduo do comércio de Cuiabá, não tinha ouvido falar a fundo da lei não. Mas contou a nossa re-

portagem que aprovou a ideia. Ele tem um modo particular de evitar que seus dados sejam divulgados.

“Eu não gosto de deixar meu CPF em qualquer lugar, porque eu já gosto de pagar diretamente no dinheiro mesmo, nem cartão eu tenho. Não precisa divulgar isso [CPF]. Com certeza vai diminuir [com a lei] a divulgação dos dados”, exemplifica.

Conforme os dados divulgados pelo Sebrae, a LGPD não proíbe o uso dos dados dos clientes, mas reforça que é preciso informar sobre o uso que será feito e fazê-lo sempre com o devido consentimento, ou seja, agir de forma transparente.

MACHISMO ESTRUTURAL

Registro de crimes sexuais dispara nos 7 meses de 2021

Nara Assis | Sesp

Na contramão da redução da maioria dos registros de ocorrências criminais envolvendo vítimas mulheres, os crimes sexuais tiveram aumento considerável no período de janeiro a julho de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020. Em Mato Grosso, o crime de importunação sexual aumentou 28,1%, passando de 114 casos no ano passado para 146 este ano.

Os dados são da Superintendência do Observatório de Segurança Pública, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT). Ato obsceno também apresentou aumento de 26 para 36 registros (32,5%), enquanto assédio sexual sobiu de 96 para 103 casos (7,3%). Estupro é o único crime com teor sexual do levantamento com redução. Foram registrados 240 casos em 2021 e 255 em 2020, ou seja, -5,9%.

Essa tendência também foi percebida com relação aos dados de crimes sexuais de Cuiabá. Entre janeiro e julho deste ano, a importunação sexual aumentou 32,3%, já que houve 41

casos em 2021 e 31 em 2020. Os crimes de assédio sexual subiram 57,1% (de 21 casos para 33) e o ato obsceno teve um registro a mais em 2021, totalizando 5, enquanto em 2020 foram 4. Ao contrário de Mato Grosso, o estupro aumentou 8,2% (53 casos este ano e 49 no ano anterior) na capital.

Como contraponto, o mesmo período apresentou redução em outros crimes envolvendo mulheres. Alguns exemplos são ocorrências de ameaça (de 10.216 para 10.167), lesão corporal (de 5.334 para 5.042) e calúnia (de 891 para 869).

A advogada Bárbara Lenza Lana, que atende exclusivamente mulheres nas áreas de Direito das Famílias e Violência Doméstica, observa o aumento considerável de crimes sexuais. “Notei maior número de casos de importunação sexual e estupro, especialmente o marital, que é o que acontece nas relações íntimas de afeto, e sobre o qual muito pouco se fala. Na maioria dos relatos de estupro os agentes são conhecidos ou pessoas de confiança, enquanto na maioria dos casos de importunação

sexual, os praticantes são estranhos.

A superintendente do Observatório de Segurança Pública da Sesp-MT, Tatiane Pilger, pondera que os crimes sexuais são os mais subnotificados quando se tratam de vítimas femininas. “A mulher se sente envergonhada em relatar os casos, muito por causa do machismo presente na sociedade, que às vezes julga a mulher como culpada em função da roupa que usa, etc, e nos casos em que o agressor possui vínculo com a vítima, ela se sente constrangida ou ameaçada”.

LEGISLAÇÃO RECENTE - A Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, tipificou os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornou pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabeleceu penas para esses crimes e definiu como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.

Por ser uma legislação recente, que culminou na inclusão da natureza

criminal no Sistema de Registro de Ocorrências Policiais (SROP) no final de 2019, o aumento nos registros é uma consequência natural, conforme avalia a superintendente. “Sempre quando uma tipificação de crime é incluída, os profissionais de segurança passam por treinamento não só para implementar, como para acolher a vítima. A divulgação

a respeito da lei e esse acolhimento resultam no aumento dos registros”, acrescenta a superintendente.

Para a advogada Bárbara Lenza, não existe um padrão entre aqueles que cometem crimes sexuais. “Estupradores não têm cara, nem cor, nem classe social, e não correspondem a um padrão de comportamento específico. Quanto aos

agressores, nos casos de violência doméstica e familiar marcados pela ocorrência de crimes sexuais, são homens que acreditam que aquela mulher agredida e abusada é um objeto deles, uma coisa que eles possuem. Logo, eles se sentem validados e no direito de cometerem contra ela qualquer tipo de violência, inclusive a que culmina em morte”.

Saiba onde procurar ajuda

A melhor ferramenta para que a mulher se proteja e resguarde as violências é a rede de apoio, como destaca Bárbara Lenza. “Alguns cuidados importantes podem ser tomados, como comunicar-se com amigas antes de sair com alguém diferente, relatar fatos estranhos nos seus relacionamentos, estarem acompanhadas com outras amigas, evitarem, naquilo que puderem, permanecer com desconhecidos em local ermo”.

Para relatar os crimes sexuais, é preciso buscar, imediatamente, uma delegacia es-

pecializada. Em Cuiabá, por exemplo, já existe o plantão 24 horas, que atende especificamente esses casos, e também há os serviços de saúde. “Para a garantia da prova, o ideal é ir direto para esses locais, antes mesmo do banho. É desconfortável, infelizmente, mas contribui na segurança da resolução do caso”, aconselha.

Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, são colocadas à disposição, para garantir a segurança física, financeira e emocional, as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha,

que vão desde a proibição de contato por qualquer meio, suspensão de posse ou restrição de porte de arma de fogo, ao afastamento do agressor, dentre outras, inclusive prestação alimentícia.

“Nos casos de crimes contra a dignidade sexual, como a importunação sexual, que infelizmente ainda consideram um crime ‘menor’, a ação penal é pública incondicionada, ou seja, o Ministério Público é quem dará seguimento com o processo, independentemente da vontade da vítima”, explica a advogada para mulheres.

QUESTÃO DE NECESSIDADE

Jovens sem qualificação profissional compõem o maior grupo entre os trabalhadores informais; conta é paga pelas empresas que atuam corretamente

Informalidade atinge 1 em cada 6

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

Quase 50 mil trabalhadores cuiabanos atuavam na informalidade até julho de 2021. O número representa 16,59% da população economicamente ativa, que tinham como fonte de renda atividades sem registros como CNPJ ou carteira assinada. O quantitativo de informalidade na capital de Mato Grosso foi levantado a partir de bases de dados do IBGE, Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio (IPF-MT) e pela Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso). O resultado do estudo foi divulgado na segunda-feira (6).

Em Cuiabá, aproximadamente 296 mil pessoas são consideradas economicamente ativa – aptas para trabalhar, com idades entre

15 e 65 anos. A maioria dessas pessoas atua em atividades formais ou como MEIs (Microempreendedores Individuais). Entretanto, uma em cada seis pessoas precisa se submeter à informalidade para garantir seu sustento.

Dentro desse grupo estão trabalhadores sem carteira assinada (empregados do setor privado e trabalhadores domésticos), sem CNPJ, sem contribuição para a previdência social ou sem remuneração (auxiliam em trabalhos para a família).

O estudo revela ainda que muitos dos trabalhadores que optam por atuar por conta própria nem sempre estão em busca da realização do sonho de ser empreendedor. Muitos dos que estão em comércio de rua, principalmente, foram motivados pela falta de oportunidades.

"Há aproximadamente 19 mil pessoas desempregadas em Cuiabá, considerando os desalentados. A grande maioria dos desempregados estão concentrados nos jovens, exatamente os que estão sem qualificação", aponta o relatório.

Segundo o responsável pelo estudo, Maurício Munhoz, diretor de pesquisas do IPF-MT, um dos perfis dos que se arriscam em um mercado informal é de jovens, recém-formados no ensino médio e sem qualificações adicionais.

"As empresas não conseguem preencher seus quadros de colaboradores por não encontrar pessoas qualificadas. Os postos do Sine [Sistema Nacional de Emprego] na capital apresentam em média 3 mil vagas de empregos, que não são preenchidas. Essa grande contradição desestimula os jovens a continuarem os estudos, após término do ensino médio regular. Eles não conseguem uma colocação no mercado de trabalho, o que os leva para o trabalho informal", observa.

No levantamento, a quantidade de pessoas economicamente ativas em Cuiabá que atuam na informalidade é distribuída em: a socialmente aceita, com 4,04% (11,9 mil); emprego sem carteira assinada, com 11,5% (34 mil), outras informalidades 1,05% (3,1 mil).



Pesquisa aponta que cerca de 1 em cada 6 cuiabanos se submetem à informalidade para garantir o sustento

A CONTA DA INFORMALIDADE

A prática da informalidade, seja no empreendedorismo sem registro ou no trabalho sem carteira assinada, causa perdas sociais e prejuízos aos cofres públicos, devido à perda de arrecadação. Segundo o responsável pela pesquisa, a conta da informalidade em Cuiabá acaba sendo paga pelos trabalhadores com empregos formais.

"O faturamento do setor informal representa aproximadamente 12,5% do comércio similar legalizado em Cuiabá - conforme dados da Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT). Fazendo um cálculo simples, é o mesmo que dizer que o setor formal

absorve a responsabilidade tributária da informalidade, acrescentando em sua carga 15,2% de tributos. O que a informalidade não recolhe de tributos, se transforma em um excesso de sobrecarga para a formalidade", diz a pesquisa.

Com base nas informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT), a pesquisa IPF-MT estima que 25% dos empreendedores informais faturam até R\$ 1,5 mil por mês, mas existe um grupo, que representa cerca de 1% do total, que fatura acima de R\$ 50 mil por mês.

TUBARÕES DO MERCADO

'Cartel' se aproveita de comerciantes informais

Da redação

Submeter-se à informalidade acaba trazendo riscos tanto para quem trabalha sem carteira assinada quanto às pessoas que estão no comércio de rua informal. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio (IPF-MT) aponta que há, inclusive, uma rede de empresários que se aproveitam dos comerciantes informais para lucrar mais.

Entre os riscos para quem se submete ao trabalho sem registro na carteira estão as péssimas condições de traba-

lho, ausência de proteção legal e outras perdas. Já quem, por necessidade, busca renda no comércio ilegal fica exposto a condições degradantes, além de penalidades.

"Muitos que atuam na informalidade são pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e se submetem a trabalhos degradantes, perigosos e situações 'intimatórias', às vezes, para garantir o mínimo para sobrevivência", cita o responsável pela pesquisa.

Nessas condições vivem muitos estrangeiros que atuam como vendedores ambu-

lantes em Cuiabá. Durante as entrevistas, os pesquisadores encontraram histórias como a de um comerciante haitiano, com formação em medicina no país de origem, vendendo óculos nas ruas da capital. "Apesar da qualificação, não pode atuar porque o diploma não é válido no Brasil", explica Maurício.

Além da perda de mão de obra qualificada, como no caso do médico haitiano, a população de imigrantes que atua no comércio de rua costuma ficar "obrigada" a comprar produtos de grupos de empresas que fornecem itens mais caro,

comprometendo sua capacidade de gerar renda a partir do trabalho.

"Esses estrangeiros não têm condições nem conseguem ir a outros locais como Paraguai para adquirir esses produtos para vendas. Então, eles pagam mais caro pelo produto e revendem no Centro, numa concorrência desleal, correndo risco do rapa. As vezes não ganham nada", lamenta.

Conforme o levantamento, foi identificada uma estrutura de favorecimento aos "empresários da informalidade". Trata-se de grupos organizados que fornecem produtos ao

comércio varejista informal, abastecendo os camelódromos. O produto costuma ter origem em países como China e Paraguai, ou de grandes fabricantes brasileiros. A pesquisa aponta indícios de formação de "cartel", ou combinação de preços, entre as empresas que atuam na cidade.

"Nem todo segmento informal é fruto da condição de vulnerabilidade, mas formada por organizações empresariais bem estruturadas que acabam competindo em clara condição de vantagem agregada com o comércio informal", ressalta a pesquisa.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

65.3642-3344
FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

EFEITO COVID

Valorização de usados causará aumento no IPVA

Da redação

A falta de matéria-prima para a indústria de automóveis promete afetar não apenas as pessoas que planejam trocar de carro, mas também aqueles que mantêm seus veículos antigos. É que a falta de carros novos no mercado resultou na valorização dos veículos antigos, o que tende a afetar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A queda – e, em alguns casos, até suspensão – na produção de veículos novos está ocorrendo devido a uma série de problemas econômicos causados pela pandemia, em especial a falta de semicondutores (chips) que são utilizados em vários tipos de equipamentos. Nos veículos novos, eles fazem de tudo, desde comandar a injeção eletrônica até a central multimídia.

Com a produção defasada, os carros usados passaram a tomar o lugar dos "novos em folha" na preferência da população e isso fez seu preço disparar. A título de exemplo, basta observar o valor do Celta

2009. Antes da pandemia, ele custava cerca de R\$ 13.900. Em 2021, o valor do mesmo veículo na tabela Fipe subiu para R\$ 16.000. Como o IPVA é calculado em cima do valor do veículo na tabela Fipe, esse aumento de 23% impactará diretamente no imposto, que deve subir quase R\$ 100.

Outro bom exemplo é o Fiat Argo, que teve um aumento de 25,9% no valor de venda da tabela Fipe. Esse aumento pode fazer o valor do IPVA saltar de R\$ 1.190 para R\$ 1.500.

VALORIZAÇÃO – Além dos problemas na indústria automobilística, um dos fatores que levou à valorização dos veículos usados é o imediatismo no consumo. Devido aos problemas na indústria, houve a formação de filas nas concessionárias.

A fila para compra de carros novos depende de modelo, cor e outros fatores que afetam a disponibilidade do veículo, podendo fazer o comprador aguardar até alguns meses. Já a compra de um carro usado é muito mais simples e rápida, o que levou a ganhar espaço.

SEM CRISE

Entidades apontam que envio de carne bovina para a China deve ser retomado em até 14 dias; preço no mercado interno não deve cair

Pausa nas exportações será curta

Tony Winston/Agência Brasília



Especialista no setor aponta que preços da carne bovina podem até aumentar após retomada das exportações para China

A confirmação de dois casos de EEB, mais conhecido como o mal da vaca louca, tumultuou o mercado de bovinos no Brasil. O anúncio ocorreu no dia 4 deste mês, depois que exames laboratoriais constataram que dois animais já abatidos - um em Nova Canaã do Norte (MT) e outro em Belo Horizonte (MG) - desenvolveram a forma atípica da doença.

Por cumprimento de regras comerciais e transparência, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) suspendeu os envios da proteína para um dos principais clientes do país, a China.

“A ministra Tereza Cristina (MAPA) divulgou resultado das análises dos dois animais suspeitos de EEB atípica, que ocorre somente em animais velhos, o que era de se esperar em função de rebanho de mais de 200 mil cabeças que o Brasil possui”, destaca Francisco. “Agora, cabe aos países importadores a análise das documentações e exames para que as nossas exportações voltem ao normal”, completou.

A ação rápida de suspensão para manter a

transparência, principalmente com a China, é estratégica para o Brasil. As exportações de carne bovina para o país asiático já representam 59% dos embarques nacionais entre janeiro e agosto de 2021.

Além da China, há especulação de que a Rússia também deverá suspender as importações de carne bovina que tenha origem nos dois estados brasileiros.

Contudo, a informação não foi confirmada por entidades ligadas ao setor nem pelo Mapa.

A EEB é uma doença degenerativa que acomete o sistema nervoso central do animal, causada pelo desenvolvimento anormal de uma proteína chamada ‘prion’. A enfermidade pode ser apresentada em duas formas: típica e atípica. Os casos atípicos, identificados em Mato Gros-

so e Minas Gerais, ocorrem em animais velhos, propensos à ocorrência da mutação da proteína. Já a ocorrência na forma típica acontece depois da ingestão de alimentos de origem animal contaminados. Este tipo nunca registrado no país.

Os casos registrados no país são o quarto e quinto na forma atípica. Outros registros ocorreram no Paraná, em 2010,

e em Mato Grosso nos anos de 2014 e 2019.

“Em 2019 isso ocorreu no final de maio e os embarques foram novamente liberados em menos de duas semanas. Naquela época, o mercado do boi gordo cedeu 3,6%. No entanto, ainda em junho, o patamar de preços já superava a cotação anterior ao caso”, recorda Hyberville Neto, médico veterinário na Scot Consultoria.

O especialista também avalia que o Brasil deve voltar rapidamente ao ritmo das exportações, já que o país enviou 110 mil toneladas de carne bovina in natura para a China só em agosto deste ano.

“Foi o maior volume já vendido para o país e nosso recorde geral de embarques de carne bovina in natura, considerando volume e faturamento. O recorde anterior ocorreu em outubro de 2019, poucos meses depois da ocorrência de BSE anterior. Ou seja, quando o mercado chinês voltou a comprar, continuou com a demanda crescente, relacionada à menor produção de carne suína, por causa do surto que eclodiu em 2018 no Sudeste Asiático”.

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

As exportações de carne bovina do Brasil para a China devem retornar em menos de 14 dias. A previsão é da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), ao destacar fortalecimento dos diálogos entre os dois países depois do registro de casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) em 2019. Apesar da expectativa de retomada das atividades junto ao mercado asiático, há rumores de que outro país importador suspenderá a entrada de carne bovina brasileira em seu país.

“Acreditamos que isso [retomada das exportações] aconteça mais rápido do que da última vez, em 2019, quando esse tramite demorou 14 dias”, aposta Francisco Manzi, diretor técnico da Acrimat.

‘PRATO RASO’

Cesta básica bate novo recorde

Da redação

Mais de metade (56%, para ser mais preciso) da renda de quem sobrevive com um salário mínimo em Cuiabá foi destinada para a compra de alimentos em agosto de 2021. O percentual representa o custo da cesta básica na capital, que fechou o mês com preço estimado em R\$ 613,89. O custo supera o recorde observado em janeiro deste ano, quando atingiu R\$ 611,30. O levantamento de preços na capital é feito pelo Instituto Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária (Imea).

De julho para agosto deste ano, a cesta básica em Cuiabá ficou 1,56% mais cara, saindo de R\$ 604,44 para 613,89. Na análise dos últimos 12 meses, a inflação dos alimentos essenciais supera os 17,2% de alta, quase o dobro do índice geral da inflação do país até agosto, que atingiu 9,68%, segundo o resultado do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira (9).

A variação desigual entre renda e inflação tem obrigado a população deixar de consumir algum produto, como a carne bovina, além de reduzir ou trocar itens.

“A inflação dos últimos 12 meses (IPCA/IBGE) está em 9,68%. Portanto, os preços dos itens da cesta básica subiram quase o dobro da inflação. Prejudica todos, mas, principalmente, os que têm renda até três salários mínimos. Isso significa que a família trabalhadora não consegue adquirir todos

os produtos da cesta ou substituem por outros de qualidade inferior”, explica o economista Vivaldo Lopes.

O custo com alimentação essencial é um dos nove grupos de produtos e serviços que compõem o cálculo do IPCA, que em agosto ficou em 0,87%, a maior registrada para o mês de agosto desde 2000, quando o índice ficou em 1,31%.

“Os itens que mais puxaram a inflação foram alimentação, gás, combustível e energia elétrica, produtos e serviços essenciais para as famílias de renda mais baixa”, ressalta Vivaldo.

Dos nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA, oito apresentaram alta em agosto. Desses, o que contém itens da alimentação teve a segunda maior contribuição para índice. A maior alta foi registrada no setor de combustíveis, que registrou variação de 1,46%.

Entre os alimentos, as maiores altas ocorreram nos preços da batata-inglesa (19,91%), café moído (7,51%), frango em pedaços (4,47%), frutas (3,90%) e carnes (0,63%). Houve quedas no preço da cebola (-3,71%) e do arroz (-2,09%).

As restrições forçadas na alimentação das famílias acontecem com maior frequência neste ano e a previsão é que a situação se agrave em setembro, quando haverá maior impacto do aumento da energia elétrica e dos combustíveis.

“A inflação de setembro será maior, pois sofrerá o impulso do aumento da bandeira vermelha na energia”, alerta o economista.

O custo da tarifa de energia elétrica aumentou devido ao agravamento da crise hídrica do país. Nos meses de julho e agosto, as faturas vieram com o impacto da bandeira vermelha pata-

mar dois. Em setembro, o governo fez novo aumento para tentar conter o consumo, que deve causar uma elevação total de até 7% no valor da conta de energia.

DIFERENÇAS - O peso da inflação para as famílias com renda de um a cinco salários mínimos manteve-se maior que o das que recebem acima do valor, até 40 salários. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - que verifica a variação do custo de vida médio das famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos - apresenta variação maior do que o IPCA. Enquanto a inflação geral ficou em 7,68% nos últimos 12 meses, o INPC já acumula alta de 10,42%.

A diferença nos indicadores ocorre porque as famílias mais pobres são mais sensíveis à variação de preços dos alimentos, medicamentos e transporte, itens básicos de consumo.

COMBUSTÍVEL

Inflação de agosto tem pior resultado em 21 anos

Alerrandre Barros/IBGE

A inflação teve alta de 0,87% em agosto, a maior para o mês desde o ano 2000. Com isso, o indicador acumula altas de 5,67% no ano e de 9,68% nos últimos 12 meses, acima do registrado nos 12 meses imediatamente anteriores (8,99%). Em agosto do ano passado, a variação mensal foi de 0,24%. Os dados são Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados subiram em agosto, com destaque para os transportes, que teve a maior alta de preços. Puxado pelos combustíveis, o grupo registrou a maior variação (1,46%) e o maior impacto (0,31 p.p.) no índice geral. A gasolina subiu 2,80% e teve o maior impacto individual (0,17 p.p.). Etanol (4,50%), gás veicular (2,06%) e óleo diesel (1,79%) também ficaram mais caros no mês.

“O preço da gasolina é influenciado pelos reajustes aplicados nas refinarias de acordo com a política de preços da Petrobras. O dólar, os preços no mercado internacional e o encarecimento dos biocombustíveis são fatores que influenciam os custos, o que acaba sendo repassado ao consumidor final. No ano, a gasolina acumula alta de 31,09%, o

etanol 40,75% e o diesel 28,02%”, disse o analista da pesquisa, André Filipe Guedes Almeida.

A segunda maior contribuição (0,29 p.p.) veio de alimentação e bebidas (1,39%), que acelerou em relação a julho (0,60%). A alimentação no domicílio passou de 0,78% para 1,63% em agosto, principalmente por conta das altas da batata-inglesa (19,91%), do café moído (7,51%), do frango em pedaços (4,47%), das frutas (3,90%) e das carnes (0,63%). No lado das quedas, destacam-se a cebola (-3,71%) e o arroz (-2,09%).

Em habitação (0,68% e 0,11 p.p.), o resultado foi influenciado pela energia elétrica (1,10%), que desacelerou em relação ao mês anterior (7,88%). “O resultado é consequência dos reajustes tarifários em Vitória, Belém e em uma das concessionárias em São Paulo. Além disso, a bandeira tarifária vermelha patamar 2, que adiciona R\$ 9,492 a cada 100 kWh consumidos, vigorou nos meses de julho e agosto”, afirmou André Filipe Almeida.

A pesquisa mostra ainda que todas as áreas pesquisadas tiveram inflação em agosto. O maior índice foi registrado em Brasília (1,40%), influenciado pelas altas nos preços da gasolina (7,76%) e da energia elétrica (3,67%).



Custo da alimentação representa a segunda maior alta na inflação de agosto, perdendo apenas para os combustíveis